

FICHA 1

INTRODUÇÃO

1. APRESENTAÇÃO DO MANUAL DE GESTÃO DE PROJECTOS

O **Manual de Gestão de Projetos** (MGP) do Programa de Cooperação Interreg VI-A Espanha –Portugal (POCTEP) 2021-2027, consolida as normas de acompanhamento e justificação das operações (projetos) do referido Programa e constitui-se no principal **guia e ferramenta** de referência para as pessoas responsáveis pela gestão operacional dos mesmos, tanto nas entidades beneficiárias, como beneficiários principais das operações aprovadas.

O documento foi elaborado com um **enfoque prático** e de acordo com uma estrutura cronológica que responde aos marcos principais da vida dos projetos, desde o momento do seu início, com a assinatura do Acordo entre a Autoridade de Gestão e o Beneficiário Principal, até à sua conclusão.

A tramitação de muitos dos aspetos vinculados à **gestão dos projetos** do POCTEP 2021-2027 é efetuada de forma telemática através da aplicação *Interreg (ambiente CoFFEE)*.

Esta versão do Manual segue a estrutura do correspondente ao POCTEP 2014-2020, tendo também em conta a continuidade nos procedimentos que afetam a gestão dos projetos, aplicando os melhoramentos que foram considerados possíveis, fruto da experiência, tendo por objetivo reduzir o encargo administrativo dos Beneficiários Principais e restantes Beneficiários dos projetos.

Como o anterior, o MGP foi estruturado em **fichas temáticas**, tendo por objetivo facilitar a sua consulta pelos destinatários, assim como a sua eventual atualização. Estas fichas referem-se às diferentes fases do ciclo de vida dos projetos, tendo em vista apoiar a sua colocação em funcionamento, o acompanhamento da sua execução física e financeira e o seu encerramento. Nas fichas são efetuadas referências a outros documentos (regulação, guias, etc.) que estão disponíveis na página web do Programa (www.poctep.eu) em que se atualiza toda a documentação de referência e de uso.

Desta forma, na **Ficha 1** apresenta-se o MGP, assim como as principais características do Programa e das estruturas de gestão do mesmo.

A **Ficha 2** é dedicada aos beneficiários e às suas obrigações, moldadas no Acordo entre a Autoridade de Gestão e o Beneficiário Principal (Acordo AG-BP) e o Acordo entre Beneficiários e Sócios. Também inclui a apresentação da aplicação Interreg (*entorno CoFFEE*), que se completa com um guia detalhado para o uso da aplicação informática e gestão dos projetos disponíveis na web do Programa.

A **Ficha 3** regista as diferentes fases do ciclo de vida do projeto, as tarefas de gestão necessárias que devem ser executadas em cada momento e das situações que podem ocorrer durante a execução da operação.

A **Ficha 4** descreve o procedimento sobre a libertação de orçamento não executado, considerando os requisitos estabelecidos nas Bases das Convocatórias.

Na **Ficha 5** apresenta-se o procedimento de modificações de projetos, assim como a tipologia destas que inclui a sua casuística e o processo de instrução dos pedidos de modificação.

A **Ficha 6** é dedicada às Normas de Elegibilidade do Programa, com uma apresentação das mesmas, enquanto a **Ficha 7** faz referência aos aspetos que devem ser tidos em conta para o encerramento dos projetos, tanto do ponto de vista físico como financeiro.

O relativo às medidas de visibilidade, transparência e comunicação (VTC) está registado na **Ficha 8**.

A **Ficha 9** regista algumas considerações relativas aos controlos e auditorias e a **Ficha 10** faz referência aos aspetos relativos às medidas antifraude, assim como aos conflitos de interesses. Pela outra parte, na **Ficha 11** encontram-se as considerações relativamente às Ajudas do Estado e a sua aplicação no Programa.

Por último, incorpora-se uma **Ficha 12** que inclui documentação de referência, assim como uma listagem dos principais anexos e documentos adicionais de interesse a ter em conta na execução dos projetos por parte das entidades beneficiárias. Também inclui os contactos das estruturas de gestão do Programa¹.

Como complemento do conteúdo do presente Manual, a **página web** do Programa, www.poctep.eu, apresenta informações permanentemente atualizadas de todas as disposições aplicáveis à gestão dos projetos do POCTEP, assim como a última versão de todos os documentos criados para tal fim, que estarão disponíveis em espanhol e em português para serem descarregados em formato digital em qualquer momento.

¹ Não obstante, os contactos das estruturas de gestão serão sempre atualizados na página www.poctep.eu.

2. PROGRAMA INTERREG VI-A ESPANHA – PORTUGAL (POCTEP) 2021-2027

O Programa Interreg VI-A Espanha – Portugal (POCTEP) 2021-2027 é o resultado do êxito representado, desde 1989, pela parceria transfronteiriça entre os dois países para contribuir para o desenvolvimento dos territórios raianos e o melhoramento da qualidade de vida da população residente na zona fronteiriça luso-espanhola.

2.1. ÁREA GEOGRÁFICA

O espaço de parceria transfronteiriça entre a Espanha-Portugal é composto por **36 NUTS 3** pertencentes a ambos os países, garantindo a coerência e continuidade das zonas estabelecidas nos períodos programação anteriores:

- **Espanha:** Corunha, Lugo, Ourense, Pontevedra, Ávila, Leão, Salamanca, Valladolid, Zamora, Badajoz, Cáceres, Cádiz, Córdoba, Huelva e Sevilha.
- **Portugal:** Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana de Porto, Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Douro, Terras de Trás-os-Montes, Algarve, Oeste, Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria, Viseu Dão-Lafões, Beira Baixa, Médio Tejo, Beiras e Serra da Estrela, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central y Baixo Alentejo.

Tendo em conta a especificidade de cada território, a sua trajetória histórica, assim como os bons resultados obtidos e tendo em vista uma transição suave para o novo período, a articulação do Programa continuará baseada nas 6 Áreas de Cooperação que formaram o território nos últimos Programas:

- Área de Cooperação 1: Galiza – Norte de Portugal
- Área de Cooperação 2: Norte de Portugal – Castela e Leão
- Área de Cooperação 3: Castela e Leão – Centro de Portugal
- Área de Cooperação 4: Centro – Estremadura – Alentejo
- Área de Cooperação 5: Alentejo – Algarve – Andaluzia
- Área de Cooperação 6: Plurirregional

2.2. OBJETIVOS POLÍTICOS, PRIORIDADES E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A estratégia de cooperação entre a Espanha e Portugal foi estruturada considerando **7 prioridades** que respondem a 4 Objetivos Políticos mais um Objetivo Específico Interreg e os respetivos Objetivos Específicos, em que os projetos se enquadram:

OP 1: Uma Europa mais competitiva e inteligente, promovendo uma transformação económica inovadora e inteligente e uma conectividade regional às tecnologias das informações e das comunicações

Prioridade 1	Aproveitar o potencial da cooperação para consolidar o ecossistema de inovação, científica e tecnológica, potenciar a criação de redes de conhecimento e empresariais, fomentar a digitalização e melhorar a competitividade empresarial, em especial de PME's e microempresas
Objetivo específico	1.1. Desenvolver e melhorar as capacidades de investigação e inovação e assimilar tecnologias avançadas
	1.2. Aproveitar as vantagens que a digitalização oferece aos cidadãos, às empresas, às organizações de investigação e às administrações públicas.
	1.3. Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME's e a criação de emprego nestas empresas, também mediante investimentos produtivos
Prioridade 2	Fomentar a cooperação para maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos do território e o desenvolvimento de iniciativas e setores-chave, avançando na especialização inteligente.
Objetivo específico	1.4. Desenvolver capacidades para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendimento

OP 2: Uma Europa mais verde, hipocarbónica e em transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono, e resiliente, promovendo uma transição energética limpa e equitativa, o investimento verde e azul, a economia circular, a atenuação da mudança climática e a adaptação à mesma, a prevenção e gestão de riscos e a mobilidade urbana sustentável

Prioridade 3	Avançar na transição ecológica e na adaptação à mudança climática do espaço transfronteiriço através da cooperação como ferramenta para o fomento da economia verde e da economia azul
Objetivo específico	2.1. Fomentar a eficiência energética e a redução das emissões de gases com efeito de estufa
	2.2. Potenciar as energias renováveis em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001 sobre energias renováveis, incluindo os critérios de sustentabilidade que se estabelecem na mesma.
	2.4. Favorecer a adaptação à mudança climática e a prevenção do risco de catástrofes, assim como a resiliência, tendo em conta os enfoques baseados nos ecossistemas
Prioridade 4	Proteger e conservar a biodiversidade nos espaços naturais e rurais e valorizar os ecossistemas naturais e o meio ambiente urbano do espaço transfronteiriço através da cooperação



Objetivo específico	2.7. Aumentar a proteção e a conservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, também nas zonas urbanas, e reduzir qualquer forma de contaminação
----------------------------	---

OP 4: Uma Europa mais social e inclusiva, por intermédio da aplicação do pilar europeu de direitos sociais	
Prioridade 5	Potenciar a cooperação para enfrentar o desafio demográfico no espaço fronteiriço, criando condições de vida atrativas baseadas no acesso ao mercado de trabalho, serviços públicos essenciais, mobilidade e aplicando princípios de inclusão social, igualdade de oportunidades e tratamento
Objetivo específico	4.1. Melhorar a eficácia e o caráter inclusivo dos mercados de trabalho, assim como o acesso a um emprego de qualidade, mediante o desenvolvimento das infraestruturas sociais e a promoção da economia social
	4.2. Favorecer um acesso igualitário a serviços inclusivos e de qualidade no âmbito da educação, formação e aprendizagem permanente, mediante o desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, o que inclui o fomento da resiliência no caso da educação e a formação em linha e à distância
	4.5. Velar pela igualdade de acesso à assistência sanitária e reforçar a resiliência dos sistemas de saúde, em particular o atendimento primário, assim como fomentar a transição da assistência institucional para a assistência a nível familiar e local
	4.6. Potenciar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social

OP 5: Uma Europa mais próxima dos seus cidadãos, mediante o fomento do desenvolvimento integrado e sustentável de todo o tipo de territórios e das iniciativas locais	
Prioridade 6	Impulsionar através da cooperação transfronteiriça o desenvolvimento de estratégias multissetoriais de desenvolvimento integrado e sustentável.
Objetivo específico	5.2. Promover um desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura e o património natural, o turismo sustentável e a segurança, nas zonas não urbanas

Objetivo Específico Interreg: Uma melhor governação da cooperação
--



Prioridade 7	Ultrapassar os obstáculos fronteiriços mediante a aplicação de um enfoque transformador de governação multinível à cooperação transfronteiriça
Objetivo específico	a) Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas, em particular as encarregadas de administrar um território específico, e das partes interessadas
	b) Melhorar a eficiência das administrações públicas promovendo a cooperação jurídica e administrativa e a colaboração entre os cidadãos, os representantes da sociedade civil e as instituições, em particular tendo em vista resolver obstáculos jurídicos e as obstruções de outra índole nas regiões fronteiriças
	c) Intensificar a confiança mútua, em particular fomentando as ações interpessoais
	f) Outras ações que apoiem uma melhor governação da cooperação

3. ESTRUTURAS DE GESTÃO E AUTORIDADES DO PROGRAMA

Apresentam-se em seguida as estruturas de acompanhamento e gestão do Programa, com a indicação das funções que cada uma delas assume na sua execução.

3.1. COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

O Comité de Acompanhamento (CS) é o Órgão colegial responsável pela **gestão estratégica** e pela supervisão da execução do Programa para a consecução dos seus objetivos. O CS reunir-se-á pelo menos uma vez por ano durante a execução do Programa.

O CS assume como principais **funções** as seguintes:

- ✓ Examinar o **progresso na execução** do Programa e na consecução das etapas e das metas previstas no mesmo, assim como qualquer problema que afete o seu rendimento.
- ✓ Aprovar as bases reguladoras das **convocatórias** de projetos e estabelecer os **critérios de seleção** das operações.
- ✓ Aprovar o plano de avaliação e examinar o progresso alcançado na execução de **avaliações**, sínteses de avaliações e qualquer acompanhamento dado às conclusões.
- ✓ Examinar a execução das ações de **comunicação e visibilidade**.
- ✓ Examinar o progresso efetuado na execução de **operações de importância estratégica**.
- ✓ Estudar e aprovar qualquer proposta da Autoridade de Gestão para **modificar** o Programa.
- ✓ Aprovar o relatório **final** de rendimento.

O CA é composto pelos(as) representantes dos Estados membros, que se alternam na presidência do comité, assim como por representantes da AG, das copresidências dos 5 Comités Territoriais (um(a) representante por cada C.A. e CC DR), das autoridades nacionais em matéria de meio ambiente e ordenamento do território e dos municípios. Também participam no CA representantes dos agentes económicos e sociais e dos organismos responsáveis pela política em matéria de igualdade e de promoção da inclusão social. A Comissão Europeia participa a título consultivo no CS e a Secretaria Conjunta (SC) assume as tarefas de secretariado nas reuniões do comité.

3.2. COMITÉ DE GESTÃO

O Comité de Gestão (CG) é o Órgão colegial responsável pela **coordenação operacional** global do Programa.

O CG assume como principais **funções** as seguintes:

- ✓ Propor a **regulamentação interna** do Programa.

- ✓ Emitir **normas comuns** de procedimento e gestão.
- ✓ Aprovar a **seleção dos projetos** propostos pelos Comitês Territoriais.
- ✓ Aprovar as **modificações** dos projetos após a sua análise pelo SC e a aprovação das Unidades de Coordenação (UC) envolvidas.

O CG é composto pelos(as) representantes dos Estados membros, que copresidem o Comité, assim como por representantes da AG, das copresidências dos 5 Comitês Territoriais (um(a) representante por cada C.A. e CCDD) e, com título consultivo, a Comissão Europeia. A SC também participa nas reuniões do CG, assumindo as tarefas de secretariado.

3.3. COMITÉS TERRITORIAIS

Os Comitês Territoriais (CT) desempenham as suas funções no alcance territorial da respetiva área de cooperação² sob a responsabilidade da AG e a coordenação do CG.

Trata-se de uma estrutura nascida da necessidade de se garantir a proximidade do Programa aos beneficiários e promotores locais.

A sua principal função é a análise e a execução das propostas de decisão ao CG sobre as candidaturas apresentadas nas convocatórias que se localizem ou afetem o seu território.

Os Comitês Territoriais estão integrados, como membros efetivos, por representantes das CA espanholas e das CCDD portuguesas da respetiva área de cooperação e por representantes dos Estados membros. Além disso, como membros com carácter consultivo, estão representados a AG, a autoridade que tem a função de contabilidade, a Comissão Europeia, representantes das Comunidades de Trabalho, das autoridades ambientais e de ordenamento do território, de igualdade de oportunidades, dos municípios e dos agentes económicos e sociais. De igual modo, as UC Regionais e o SC também participam nas reuniões dos CT.

3.4. UNIDADES DE COORDENAÇÃO NACIONAL E REGIONAIS

As UC Nacionais são os organismos responsáveis pela coordenação do Programa e dos organismos controladores a nível nacional dos Estados membros participantes.

No caso da Espanha, a UC Nacional do Programa é a **Direção Geral de Fundos Europeus** do Ministério das Finanças (MINHAC). Em Portugal, a UC Nacional do POCTEP é a **Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P** (ADC).

As UC Regionais são os organismos responsáveis pela coordenação e acompanhamento do Programa na sua área de competência e constituem a estrutura de gestão mais próxima dos beneficiários do seu território.

As **UC Regionais espanholas** são a Xunta de Galicia, a Junta de Castela e Leão, a Junta da Estremadura e a Junta da Andaluzia. Enquanto as **UC Regionais**

portuguesas são a CCDR Norte, a CCDR Centro, a CCDR Algarve e a CCDR Alentejo.

De entre as **principais funções** das UC devem-se referir as seguintes:

- ✓ Aplicar os critérios de seleção das operações e **avaliar as candidaturas** apresentadas nas convocatórias de projetos do Programa.
- ✓ Elaborar, juntamente com a SC, um relatório sobre as candidaturas para o seu envio ao Comité Territorial (CT).
- ✓ Preparar a proposta de decisão do CT relativa à seleção de operações.
- ✓ Prestar assistência ao CT nas suas tarefas.
- ✓ Funcionar como **interlocutores do Programa a nível regional**.
- ✓ Prestar **apoio** aos beneficiários na preparação das candidaturas.
- ✓ Acompanhamento da execução dos projetos aprovados.
- ✓ Acompanhar os beneficiários na execução das operações.
- ✓ **Verificação e validação** das despesas executadas pelos beneficiários, incluindo as verificações no terreno.
- ✓ Participar na análise e aprovação de **modificações** dos projetos relativas aos aspetos técnicos e financeiros.
- ✓ Participar na avaliação dos relatórios finais dos projetos.
- ✓ Participar na elaboração do Relatório Final de rendimento do Programa.
- ✓ Efetuar ações de **informação e publicidade** do Programa.

3.5. AUTORIDADE DE GESTÃO

A Autoridade de Gestão (AG) do POCTEP é a **Subdireção Geral da Cooperação Territorial Europeia** do Ministério das Finanças (MINHAC) do Governo da Espanha.

A AG é a máxima **responsável pela boa gestão financeira** do POCTEP e entre as suas **funções** mais destacadas encontram-se as relativas à gestão e ao controlo financeiro do Programa:

- ✓ **Apoiar** o Comité de Acompanhamento (CA) e proporcionar-lhe a informação necessária para o desempenho das suas funções, assim como efetuar o acompanhamento das decisões e recomendação que este Comité efetuar.
- ✓ Garantir que a despesa de cada beneficiário tenha sido **verificada** por um controlador designado.
- ✓ Garantir que os beneficiários mantêm um **sistema de contabilidade** diferenciada, ou então atribuem um código contabilístico adequado a todas as transações relacionadas com uma operação.
- ✓ Estabelecer procedimentos que garantam que se dispõe de todos os documentos sobre a despesa e as auditorias necessários para se contar com uma **pista de auditoria** apropriada.
- ✓ Garantir que os beneficiários recebam o montante devido na sua totalidade e num prazo de oitenta dias a partir da data em que o beneficiário apresente o pedido de pagamento.
- ✓ Dispor de medidas e procedimentos antifraude eficazes e proporcionados, assim como prevenir, detetar e corrigir irregularidades.

- ✓ Estabelecer o **sistema de informação** (Interreg ambiente CoFFEE) para o registo e armazenamento eletrónico da programação e dos dados das operações.
- ✓ Apresentar à Comissão o Relatório **Final de Rendimento** do Programa, depois de aprovado pelo CA.
- ✓ Proporcionar ao BP de cada operação selecionada um documento que registe as condições para apoiar tal operação (**Acordo AG-BP**), incluindo os requisitos específicos relativos aos produtos que devem ser entregues ou serviços que devem ser prestados, o plano de financiamento, o prazo de execução e o método a aplicar a determinados custos da operação e as condições do pagamento da ajuda.
- ✓ Elaborar o **plano de avaliação**, assim como as avaliações.

3.6. SECRETARIA CONJUNTA

A Secretaria Conjunta (SC) é o **órgão de apoio técnico** das estruturas de gestão do Programa, assim como dos beneficiários das operações aprovadas e dos promotores de projetos.

A SC desempenha as suas funções sob a responsabilidade, orientação e dependência funcional da AG. As **principais funções** da SC são as seguintes:

- ✓ Execução de tarefas técnicas, administrativas e financeiras associadas à gestão do Programa.
- ✓ Coordenar as ações e iniciativas de animação, promoção e difusão do Programa.
- ✓ Prestar assessoria e facultar informações aos potenciais beneficiários.
- ✓ Garantir a instrução correta das candidaturas apresentadas às convocatórias de projetos do Programa.
- ✓ Efetuar o acompanhamento da execução física e financeira dos projetos aprovados, assim como a tramitação dos pedidos de pagamento apresentados.
- ✓ Apoiar o desenvolvimento do *Interreg (entorno CoFFEE)* como sistema de informação do POCTEP.

3.7. AUTORIDADE CONTABILÍSTICA

a **Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P** (ADC) de Portugal é a autoridade que tem atribuídas as funções de contabilidade do Programa, sendo também o organismo pagador. As suas principais tarefas são:

- ✓ Elaborar e apresentar à Comissão Europeia (CE) as **declarações de despesas** e certificar que são o resultado de sistemas de contabilidade fiáveis.
- ✓ Elaboração das contas.
- ✓ Receber os pagamentos da CE
- ✓ **Efetuar os pagamentos aos beneficiários** dos reembolsos de ajuda FEDER.
- ✓ Efetuar o registo contabilístico informatizado da despesa declarada à CE e da respetiva contribuição pública paga aos beneficiários.

3.8. AUTORIDADE DE AUDITORIA

A Autoridade de Auditoria (AA) do POCTEP é a **Intervenção Geral da Administração do Estado** (IGAE), de entre cujas principais funções se destacam as seguintes:

- ✓ Garantir que seja auditado o correto funcionamento do Sistema de Gestão e Controlo do POCTEP e de uma amostra representativa das operações com base na despesa declarada.
- ✓ Preparar a estratégia de auditoria e definir a amostra estatística para a execução da auditoria anual das operações do POCTEP.
- ✓ Elaborar o ditame de auditoria e o relatório de controlo anual.